FAMÍLIA E ABANDONO DE CRIANÇAS EM UMA COMUNIDADE CAMPONESA DE MINAS GERAIS: 1775-1875

Renato Pinto Venâncio*

Resumo. O presente artigo tem como objetivo contribuir para o conhecimento da história do abandono de crianças no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Após uma conceituação mais detida do fenômeno do abandono, centra-se o foco de análise nas regiões agrícolas compostas por pequenos lavradores, destacadamente a vila de Catas Altas (MG).
Palavras-chave. crianças abandonadas, família, camponesas, Minas Gerais, séculos XVIII e XIX.

Family and child abandonment in a peasant community from *Minas Gerais*: 1775-1875

Abstract. The aim of the present article is to contribute to make the history of child abandonment in Brazil in the 18th and 19th centuries better known. After discussing abandonment concepts in detail, a case study of a peasant community in *Catas Altas* (MG) was analyzed.
Keywords. child abandonment, family, peasants, state of *Minas Gerais*, 18th and 19th centuries.

Durante os séculos XVIII e XIX, milhares de crianças foram abandonadas, dadas a criar ou enviadas às Santas Casas da Misericórdia brasileiras. Os estudos até agora realizados mostram, porém, que havia uma marcante diferenciação na freqüência do abandono de acordo com a área sócio-econômica em que o fenômeno ocorria. Paradoxalmente, as regiões que dispunham de maiores recursos econômicos, as que estavam melhor inseridas nas malhas do mercado internacional, eram as que apresentavam os mais elevados índices de crianças enjeitadas[1].

Na maioria das vezes, nas regiões agrícolas compostas por pequenos lavradores, o abandono era raro, pois a **família** consistia em uma unidade de produção fundamental, dependendo por isso mesmo da força de trabalho dos

* Professor do Departamento de História/UFOP. Pesquisador do CNPq.

[1] A título de exemplo, podemos citar Vila Rica e Rio de Janeiro, que, durante a segunda metade do século XVIII, apresentaram índices de crianças abandonadas da ordem de 10% a 21%, ao passo que na periferia da cidade de São Paulo ou em Ubatuba do início do século XIX, localidades que dependiam da agricultura de subsistência, os índices de abandono eram da ordem de 0,6% a 2,8 %, ver Marcilio & Venancio, 1990: 325-326.

filhos, inclusive os de tenra idade. Nos casos de extrema penúria, como eram os casos dos órfãos sem parentes próximos ou dispostos a recebê-los, a solução encontrada no meio camponês era a de assimilar o pequeno desamparado como **agregado**, ou seja, como morador de favor até o mesmo atingir a idade adulta.

A introdução do sistema de assistência à infância neste tipo de sociedade criava uma situação inteiramente nova. Através da análise da documentação produzida pela Câmara de Mariana, observaremos que a multiplicação de enjeitados, na comunidade escolhida para nossa análise, não traduzia uma desatenção ou desamor em face da criança, mas sim decorria do reforço na tradição de **agregação familiar**, principalmente em uma conjuntura de aumento dos recursos destinados à assistência.

Talvez esse seja o aspecto mais surpreendente do sistema assistencial que vigorou no Brasil durante os séculos XVIII e XIX e deixou marcas indeléveis até os nossos dias: as famílias pobres tentaram constantemente **traduzir** as regras que guiavam o socorro público para o universo cultural a partir do qual elas se organizavam. Ao fazerem isso, os pobres, principalmente os do meio camponês, acabaram muitas vezes por inverter a lógica do abandono, transformando o gesto em uma forma de proteger a criança.

O que é uma criança abandonada ?

Quem tentasse solucionar a dúvida consultando antigos dicionários, certamente ficaria decepcionado. No *Vocabulário Português e Latino* de Raphael Bluteau, publicado em 1712, há a seguinte referência: "abandonar ... até agora não achei esta palavra; se não no Epitome Histórico das Últimas Guerras do Turco com o Imperador ... É tomado do francês abandonner **...** o mesmo que largar, desprezar ... não me parece precisa a introdução desta palavra no idioma Português".[2]

Se, no Brasil de nossos dias, emprega-se constantemente a expressão **criança abandonada**, o mesmo não ocorria há dois séculos atrás. No *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usavam*, de autoria de Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, não existe referência alguma à expressão[3]; e mesmo no erudito *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antonio de Morais Silva, editado em 1789, o verbete é o mais sucinto possível: abandonado ... descuidado, de que ninguém trata (Morais Silva, 1798, v. 1:70).

---

[2] Bluteau, 1712, t. 1:12. Não identificamos nenhum texto anterior ao século XVIII que utilize o termo.

[3] Viterbo, 1798. A ortografia das citações, neste como nos demais casos, foi atualizada.

Quando queriam denominar o que hoje chamamos **criança abandonada**, nossos antepassados utilizavam os termos **enjeitado** ou **exposto**. Em textos oficiais, o gesto era quase sempre assimilado ao descaso diante do destino dos filhos. No século XVI, as leis alertavam para a criação dos enjeitados de modo que as crianças não morram por falta de criação[4]. Em 1685, ao publicar um manual em que ensinava a maneira cristã de educar os filhos, o jesuíta Alexandre de Gusmão mencionou que o descuido em relação às crianças era geral na sociedade da época: porém as mulheres da natureza humana ... se são ricas, se enfastiam de criar os filhos a seus peitos, e os dão a outras mulheres para os criar; e se são pobres os enjeitam, e talvez os desconhecem por filhos.

Para a Igreja Católica, o amor maternal não era, como considera o senso comum de nossos dias, um **instinto**. O amor exigia um aprendizado, sendo inclusive uma forma de avaliar o grau de cristianização dos povos: "Lede a história da Sagrada Escritura, assim do Testamento Velho, como do Novo, e tirando o sucesso misterioso do mínimo Moisés, não achareis outro exemplo de pais, que enjeitassem seus filhos; porque não quis a Divina Providência houvesse nas Divinas letras exemplo de tanta impiedade" (Gusmão, 1685:94-97).

Abandonar a própria prole consistia em impiedade, em desrespeito aos mandamentos católicos. Alguns letrados, contudo, estabeleciam diferenciações entre as diversas atitudes que eles consideravam negativas. Combatia-se o infanticídio de forma bem mais enérgica do que o abandono. Chegava-se mesmo a propor uma atitude compreensiva frente ao último gesto, principalmente quando o mesmo não punha em risco a vida da criança. No citado *Vocabulário* de Raphael Bluteau, há uma detalhada explicação a este respeito:

> Menino enjeitado ... desamparado de seus pais ... exposto no adro de uma Igreja, ou debaixo no limiar da porta de um convento, ou de pessoa particular, ou depositado no campo a Deus, e a ventura, cruelmente padece o castigo dos ilícitos concubinatos de seus pais. Para obviar a crueldade deste infanticídio, e a inumana desconfiança de alguns, cuja pobreza os obriga a este desatino, por não ter com que alimentar família mais numerosa, em muitas partes da cristandade há hospitais com Rodas, onde se põem as tristes criaturas, e se dão a criar mulheres escolhidas, e aceiradas para este efeito. (Bluteau, 1722:577)

A ambigüidade da atitude cristã diante do abandono também pode ser percebida nos elogios feitos às almas caridosas que acolhiam os **sem-família**. Em certo sentido, o enjeitamento, ao estimular a caridade alheia, contribuía até

4 *Ordenações Manuelinas* (1521), Livro I , título 67 &10.

mesmo para a difusão da fé: "A criação dos Enjeitados é uma obra de tanta caridade e Misericórdia que por si está recomendada a todos os Fiéis, e ainda aos que o não forem, pois por ela se acode a umas Criaturas as mais necessitadas e desamparadas, e se exercita o amor do Próximo".[5]

Os dicionários do século XVIII mencionavam, dessa maneira, as expressões **criança exposta** ou **criança enjeitada** ao invés de **abandonada**. Em 1820, ao reunir em um só livro as leis portuguesas relativas à assistência infantil, Antônio Joaquim de Gouveia Pinto intitulou a obra de: *Compilação das providências, que a bem da criação, e educação dos Expostos ou Enjeitados*. Os termos eram sinônimos. Em *Rozaura, a Enjeitada,* único romance brasileiro do século XIX que versou sobre o abandono de crianças, Bernardo Guimarães utilizou as duas designações, atribuindo-lhes idêntico significado.

O vocabulário antigo, de fato, dizia respeito a uma realidade bem diversa da constatada nos dias atuais. Ao contrário da expressão **criança abandonada** que, a partir de fins do século XIX, começou a ser utilizada correntemente, os termos **enjeitado** ou **exposto** em momento algum assumiam uma conotação referente à delinqüência infantil ou infanto-juvenil[6]. O enjeitamento envolvia bebês ou recém-nascidos cujos pais não possuíam recursos para criá-los e que, portanto, abandonavam-nos na esperança de que os mesmos fossem amparados pelo auxílio público ou particular.

Os expostos de Catas Altas

A região de Catas Altas começou a ser povoada no início do século XVIII, sendo elevada à condição de paróquia em 1724 (Matos, 1981, v. 2:127). A freguesia, subordinada à Câmara da Vila do Carmo, atual Mariana, foi palco de uma intensa atividade de exploração de ouro, tornando-se após a exaustão das lavras um centro voltado à agricultura de subsistência. Graças à sua localização estratégica, ponto de parada de tropeiros e comerciantes que deslocavam-se no eixo Ouro Preto-Diamantina, a sede do arraial também conseguiu sobreviver à crise do ouro (Andrade, 1994:41), permitindo inclusive o desenvolvimento de uma pequena camada de estalajadeiros, taberneiros, assim como de ferradores, carapinas e negociantes.

---

[5] *Compromisso da Mesa dos Enjeitados no Hospital Real de Todos os Santos.* Lisboa, 1716, s.p. Até a independência, as Casas dos Expostos brasileiras seguiram esse regulamento.

[6] Londoño, 1991:129-124. Uma comparação interessante pode ser feita entre o romance de Bernardo Guimarães, *Rozaura a enjeitada* (1883) e *Capitães de Areia* (1937) de Jorge Amado. No primeiro livro, o abandono significa o envio de recém-nascidos a um domicílio caridoso. No segundo romance, o termo **criança abandonada** é empregado para caracterizar menores delinqüentes e infratores. Ao longo do século XX, a primeira expressão caiu em desuso.

No início do século XIX, a evolução populacional de Catas Altas, embora apresentasse oscilações, não sugeria uma tendência à decadência ou à estagnação econômica (Tabela I). A maioria dos habitantes residia na área rural, sobrevivendo graças à produção de bens agrícolas e da pecuária voltada ao abastecimento do mercado regional ou intra-regional. Os homens de Catas Altas se dedicavam ao trabalho agrícola, enquanto as mulheres desenvolviam um artesanato voltado à produção de tecidos grosseiros. Os cativos também compunham um segmento importante da sociedade de Catas Altas: representavam 41,5% da população total e pertenciam, em sua maior parte, aos pequenos proprietários, ou seja, aos senhores de até cinco escravos (Andrade, 1994:149-172).

Tabela I - População de Catas Altas do Mato Dentro: 1818 - 1826

Ano	Número de Habitantes
1818	2.488
1822	2.195
1826	2.311

Fonte: Andrade, 1994:41 e Matos, 1981, v. 2: 127.

Nesse universo, os meninos e as meninas viviam ocupados em diversas atividades. Nos censos mineiros elaborados por ordem das Câmaras, crianças cativas ou pobres de apenas três anos eram arroladas como pagens.[7] Quando atingiam os cinco ou seis anos, elas começavam a fazer pequenos serviços, como, por exemplo, levar água para quem estava trabalhando na roça. Aos sete ou oito, ajudavam na limpeza das plantações, na capina do mato, também fazendo pequenas compras no povoado. Ao atingirem a faixa etária entre nove e quatorze anos, as meninas e os meninos apareciam nas **listas de habitantes** com profissões definidas, tais como costureira ou campeiro.

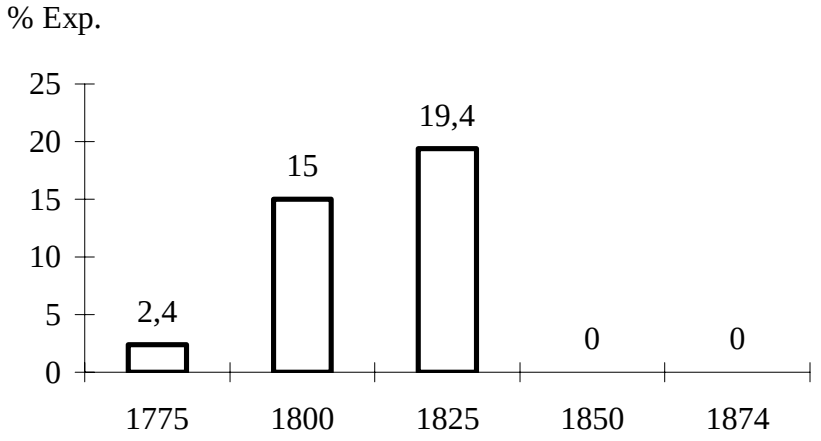
A importância da criança no meio rural operava como um escudo protetor contra o abandono. Através dos registros paroquiais de batismos, percebe-se que, em fins do século XVIII, a cifra de enjeitados de Catas Altas era da ordem de 2,4%; índice bastante modesto e que pode ser comparado aos de outras áreas camponesas do Brasil oitocentista. No início do século XIX, ocorre, porém, uma súbita transformação. Como pode ser observado no Gráfico I, em 1800, o porcentual de expostos aumentou intensamente, passando a envolver cerca de 15% das crianças batizadas. Tal tendência persistiu nas décadas seguintes, para então, a partir da década de 1850, sofrer

[7] Alguns exemplos podem ser encontrados no *Recenseamento de Vila Rica* (1804), organizado por Herculano Gomes Mathias (1969:130). A respeito do trabalho das crianças, ver Fukui, 1973: 75-80; Mott, 1979:57-68.

uma inflexão, dando origem a uma realidade em que o abandono de crianças deixou de ser registrado.

Ora, a primeira constatação a ser feita é a de que essa evolução, à primeira vista, contraria nossas afirmações iniciais. Afinal, em Catas Altas, os índices de abandono de crianças registrados na primeira metade do século XIX parecem se comportar como os identificados nas áreas urbanas. Uma tentativa de se explicar essa contradição seria a de ver, nas curvas do abandono, uma espécie de reflexo da evolução econômica e demográfica da região em questão. Do ponto de vista da história sócio-econômica, é tentador ver no ciclo que vai de 1775 a 1825 um sintoma de aumento da pobreza entre os habitantes de Catas Altas. No entanto, ficaríamos constrangidos ao aplicar idêntico argumento à evolução ocorrida entre 1825 e 1874. Caso aceitarmos o porcentual de expostos como uma espécie de **termômetro** da pobreza, teríamos que admitir que Catas Altas, repentinamente, deixou de produzir pobres.

Gráfico I. Porcentual de Expostos Batizados na Paróquia de Catas Altas do Mato Dentro: 1775 - 1874

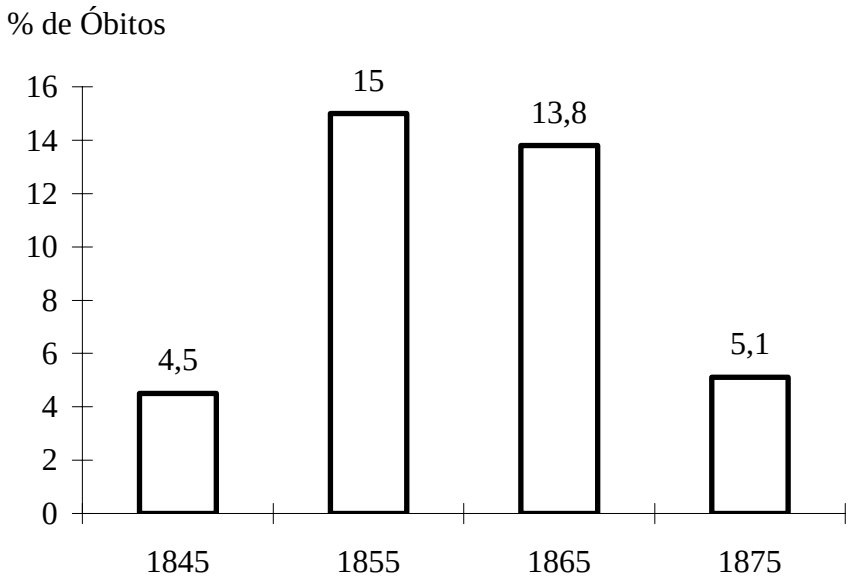


Fonte: Livro de Batismo da Paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, *Arquivo da Cúria Diocesana de Mariana*, cód. G-04, 05, 06 e 08.

Na verdade, constata-se mesmo o inverso: no período supracitado, observa-se a multiplicação do número de pobres em Catas Altas do Mato Dentro. Uma maneira de demonstrarmos isso é através da análise dos registros

de óbitos. Os padres anotavam regularmente as ocorrências de enterros **por esmola**, ou seja, enterros daquelas pessoas que ocupavam o último escalão da sociedade, não possuindo recurso algum destinado a cobrir os gastos fúnebres próprio ou de parentes próximos. No Gráfico II, apresentamos os porcentuais de pessoas que em Catas Altas, entre 1845 e 1875, faleceram na mais completa miséria. Como pode ser observado, no período de desestruturação do sistema escravista, o número de miseráveis tendeu a crescer na localidade em questão.

Gráfico II. Porcentuais de Óbitos de Pobres em relação ao Total de Óbitos da População Livre de Catas Altas: 1845 - 1875



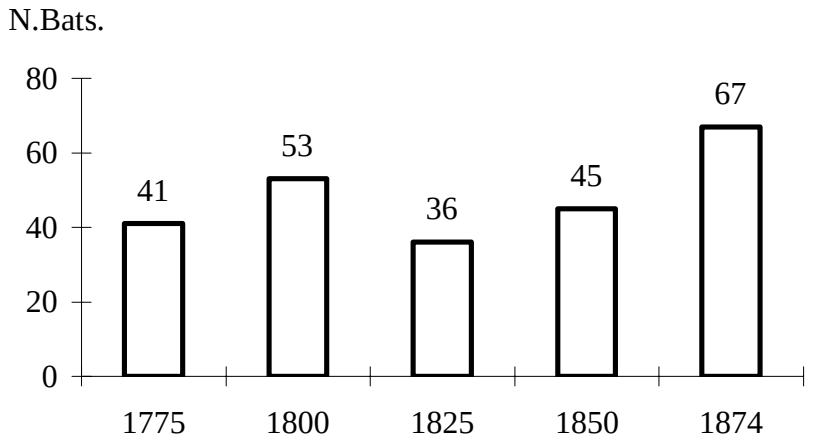
Fonte: Livro de Óbitos da Paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, *Arquivo da Cúria Diocesana de Mariana*, cod. H-07 e H-08.

Por outro lado, também poderíamos interpretar as variações das curvas em função das flutuações demográficas. Segundo esse modo de ver, o abandono aumentaria em função do crescimento do número de habitantes e desapareceria em razão de um suposto colapso demográfico ocorrido na segunda metade do século XIX. O Gráfico III, porém, descarta esse tipo de explicação. Como pode ser observado, entre 1825 e 1874, o número de

batismos praticamente dobrou, sugerindo assim a ocorrência de um incremento populacional na região em questão.

Uma terceira explicação, compartilhada por vários historiadores, seria a de ver no aumento do número de expostos um sintoma de crise moral, resultado da multiplicação de amores ancilares ou da prostituição. Nesse caso, também nos deparamos com a mesma incongruência das outras duas explicações citadas acima: como explicar o súbito surto de **devassidão** no período 1775-1825, seguida do **puritanismo** do período 1825-1874 ?

Gráfico III. Número Absoluto de Batismos de Crianças Livres em Catas Altas do Mato Dentro: 1775-1874



Fonte: Livro de Batismo da Paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, *Arquivo da Cúria Diocesana de Mariana*, cód. G-04, 05, 06 e 08

Qual seria a explicação para a paradoxal evolução do abandono de crianças na paróquia de Catas Altas ? Ora, uma maneira de se responder a esse enigma é através da análise do funcionamento da assistência camarária. No caso da Câmara de Mariana, o socorro à infância carente tornou-se regular a partir da década de 1730. Fundamentalmente, ele consistia no seguinte procedimento: todo aquele que encontrasse ou recebesse uma criança enjeitada deveria levá-la à presença do pároco que a batizava. Uma vez de posse da cópia da ata de batismo, o homem ou a mulher que havia acolhido o bebê podia se dirigir à Câmara e solicitar que a criança fosse registrada no *Livro de Matrículas de Expostos*. Caso o enjeitado conseguisse ser matriculado, o criador ou criadeira passava a receber (mensalmente, trimestralmente, anualmente, ou

ao final da criação) um determinado pecúlio até o menino ou a menina completar os três ou sete anos de idade.

Inicialmente, o auxílio administrado pelo Senado da Câmara marianense era restrito à freguesia urbana ou então às que ficavam próximas à sede do termo. Com o passar dos anos, porém, o raio de ação do auxílio foi sendo ampliado até, na segunda metade do século XVIII, atingir Catas Altas do Mato Dentro. Ora, através do Gráfico III, percebe-se que o ciclo de abandono intenso em Catas Altas, que vai de 1775 a 1825, está inserido no período de apogeu de gastos camarários com enjeitados.

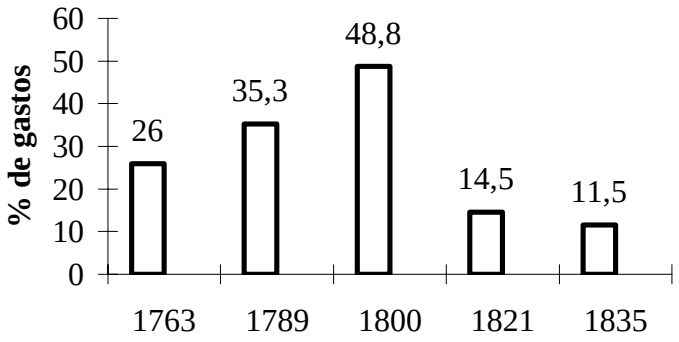
A Câmara marianense despendia verdadeiras fortunas com os pequenos desamparados, chegando a comprometer quase a metade dos gastos orçamentários no pagamento de criadeiras e criadores. Para termos uma idéia ainda mais clara da importância desses gastos, podemos compará-los aos valores atribuídos aos escravos. Como é sabido, os cativos encarnavam o **bem econômico** por excelência no período colonial. Na Tabela II, os gastos com expostos são comparados aos preços atribuídos aos escravos. O resultado desse exercício é revelador: dependendo do período, podemos afirmar que a despesa com a assistência envolvia recursos que dariam para formar, anualmente, uma fazenda escravista.

Tabela II. Total de gastos com Expostos da Câmara de Mariana em relação ao preço de escravos: 1763 – 1835

Ano	Total de Gastos com Expostos	Preço de 1 escravo	Gastos com Expostos: equivalente em termos de preço de escravos
1763	1.282$725	120$000	10 escravos
1789	2.756$971	125$000	22 escravos
1800	1.989$508	150$000	13 escravos
1821	469$672	200$000	2 escravos
1835	345$000	240$000	1 escravo

Fonte: Livro de Matrícula de Expostos. *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana*, códices 124, 151, 277, 373. Mattoso, 1982: 92-95.

Gráfico IV. Porcentual de Gastos com Expostos em relação ao Total de Gastos da Câmara de Mariana: 1763-1835



Fonte: Livro de Matrícula de Expostos. *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana*, códices 124, 151, 277, 373.

A segunda fase do ciclo do abandono, que se estende entre 1825 e 1874, também parece ter sido influenciada por modificações de ordem institucional. Na década de 1840, ocorre uma mudança fundamental na freguesia de Catas Altas. Ela deixa de ser subordinada à Câmara de Mariana, passando então à área municipal de Santa Bárbara. Na documentação dessa última localidade, não consta que, no século XIX, a Câmara local tenha estabelecido auxílio aos expostos[8].

As Reações Dos Oficiais Da Câmara

De certa maneira, desde meados do século XVIII, os vereadores mineiros perceberam que, no meio rural, a assistência reforçava e ampliava a tradição de **agregação familiar**. Um indício dessa percepção foi o **mandado**, votado em 1748, que tinha por objetivo restringir o auxílio aos casos extremos, ou seja, às crianças encontradas em terrenos baldios ou nos **monturos**, depósitos de lixo das cidades coloniais. Segundo a determinação camarária,

[8] Nas **coleções de leis** da Província de Minas Gerais eram publicados os orçamentos das câmaras, consultamos os volumes referentes aos anos de 1835 e 1859, não encontrando referência alguma à assistência camarária aos expostos de Santa Bárbara. O registro paroquial dessa localidade, para o ano de 1840, também não indica a presença de expostos.

deveria ser mantido um "registro de mulheres grávidas", que não fossem legalmente casadas, com o objetivo de facilitar a identificação da mãe da criança enjeitada[9].

O alcaide deveria ser responsável pela confecção de tais registros:

> O Doutor presidente e mais oficiais da Câmara desta leal Cidade de Mariana e seu termo, mandamos ao Alcaide desta Cidade que por bem deste nosso mandado indo por nos assinado notifique a toda mulher desta Cidade que não for casada em face de Igreja que se achar pejada para que depois de seu parto a vinte dias venha dar parte a este Senado do feto que teve com a omissão de que não fazendo assim a dita pejada, e não dando conta do dito Termo da sua barriga, pagará cinqüenta oitavas de ouro ...[10]

A assistência abria, dessa maneira, um leque de possibilidades novas no mundo rural tradicional, reforçando a solução da **agregação familiar** para resolver o problema das crianças carentes. Certamente, ao apresentarmos esse argumento, não estamos sugerindo que a **assistência** estimule o **abandono de crianças**. Muito pelo contrário, nosso objetivo foi o de mostrar que os responsáveis pelo auxílio não compreenderam as fórmulas tradicionais que os camponeses tinham para resolver o problema do destino das crianças desamparadas. Ao invés de expressar a falta de amor ou a irresponsabilidade, o envio de crianças a outros domicílios, no início do século XIX, passou a ser um meio das famílias pobres de Catas Altas aumentarem seus parcos rendimentos. Não deixa de ser interessante observar a inexistência, no registro paroquial cata-altense, de recém-nascidos deixados em terrenos baldios ou nos depósitos de lixo. Além disso, na **lista de habitantes** de 1822[11], elaborada no período de abandono intenso, nenhuma criança foi registrada como exposta ou enjeitada, sugerida assim a recomposição das unidades familiares após a matrícula no auxílio camarário.

---

[9] Nos casos de filhos de escravas, a multa era encaminhada aos respectivos senhores. Ver: Souza, 1991: 28-43.

[10] Registro de um mandado que o Senado mandou passar (1748). *Arquivo Histórico da Câmara de Mariana*, cód. 554.

[11] Lista Nominativa de Habitantes de Catas Altas do Mato Dentro (1822). *Arquivo Histórico da Câmara de Mariana*, cód. 154. As listas de habitantes eram levantamentos de população com objetivos fiscais e militares.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Francisco Eduardo. A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte, 1994. (Dissertação de Mestrado/FFCH/UFMG).

Arquivo Histórico da Câmara de Mariana, cód. 554.

Arquivo Histórico da Câmara de Mariana, Lista Nominativa de Habitantes de Catas Altas do Mato Dentro (1822), cód. 154.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra, 1712.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra, 1722 (Anexo)

Compromisso da Mesa dos Enjeitados no Hospital Real de Todos os Santos. Lisboa, 1716

FUKUI, Lígia G. A riqueza do pobre - relação pais e filhos entre sitiantes tradicionais brasileiros. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* São Paulo, n. 14**,** 1973.

GUSMÃO, A. *Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia.* Lisboa, 1685.

LONDOÑO, F.T. A origem do conceito Menor. DEL Priore, M. (org.). *História da Criança no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1991

MARCILIO, Maria Luiza e VENANCIO, Renato Pinto. Crianças abandonadas e primitivas formas da sua proteção, Séculos XVIII e XIX. Brasil. *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte: ABEP/CNPq, v. 1, 1990.

MATHIAS, Herculano Gomes (org.). *Recenseamento de Vila Rica* (1804). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais(1837).* Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1981.

MATTOSO, Kátia Q. *Ser Escravo no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORAIS SILVA, A. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, 1798.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. A criança escrava na literatura de viagem. *Cadernos de pesquisa*, n. 31: 57-68, 1979.

Ordenações Manuelinas (1521), Livro I.

SOUZA, Laura de Mello. O Senado da Câmara e as Crianças Expostas. *In:* PRIORE, Mary del. *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

VITERBO, F. J. S. R. *Elucidário das Palavras Termos e Frases que em Portugal antigamente se usavam e que hoje regularmente não se usam mais*. Porto, 1798.